



Documento Assinado Digitalmente por: RAFAEL VILACA MANCO  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5631a25c-04f8-462c-b64d-574e1656f29d

Secretaria da  
Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

# Relatório de Desempenho da Gestão SCGE 2020

*Março/2020*



Este documento apresenta as ações promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (SCGE) durante o exercício de 2020, buscando o cumprimento de sua missão institucional e desempenho da gestão.



**Érika Gomes Lacet**

Secretária da Controladoria-Geral do Estado

**Filipe Camelo de Castro**

Secretário Executivo da Controladoria-Geral do Estado

**Rafael Vilaça Manço**

Diretor de Planejamento e Gestão

**Maria Elisa de Andrade Marcelino**

Diretora de Ouvidoria-Geral do Estado

**Flávio Roberto dos Santos Pereira**

Diretor de Auditoria

**Carmen Raquel Nunes Silva**

Diretora de Tecnologia de Informação do Controle Interno

**Cristiana Borges de Barros e Silva Novellino**

Diretora de Monitoramento e Avaliação das Ações de Controle

**Daniel Ricardo Veras Tine de Oliveira**

Diretor de Correição

**Thayse Kelly Galvão Neves de Azevedo**

Diretora Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas

**Thaís Siqueira de Oliveira**

Diretora Convênios e Regularidade

**Hugo Leonardo Ferraz Santiago**

Assessor Técnico

**Daniela Gonzaga da Mota**

Assessora Especial de Controle Interno

**Carlos Henrique de Sá Vasconcelos**

Chefe de Gabinete



## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado</b>	<b>3</b>
<b>Competência Institucional e Estrutura Organizacional</b>	<b>8</b>
<b>Capital Humano</b>	<b>8</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>8</b>
<b>Atividades Desenvolvidas</b>	<b>10</b>
<b>Conclusão</b>	<b>29</b>
<b>Referências</b>	<b>29</b>



## Apresentação

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE) têm evoluído ao longo do tempo com a adoção de novas práticas, funções, atividades e competências. O foco de atuação da Controladoria tem sido a valorização da parceria com o gestor público, orientando preventivamente e incentivando a transparência, a responsabilização e o relacionamento colaborativo, de modo a utilizar os recursos públicos da melhor forma, oferecendo serviços de qualidade à sociedade.

Este relatório contempla as atividades desenvolvidas pela SCGE durante o exercício de 2020.

## A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado

A SCGE foi criada como uma Secretaria Especial em 2007, através da Lei Estadual nº 13.205/2007. Nesse mesmo ano, entre outras ações, houve o aperfeiçoamento do Plano Anual de Auditoria, com enfoque na execução do orçamento, e a instituição do Planejamento Tático-Operacional, através do Gestão à Vista.

Ainda em 2007 houve o lançamento do Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, sob a coordenação da SCGE. Em 2008, a Lei Complementar Estadual nº 119/2008 cria a carreira de controle interno.

O Modelo Integrado de Gestão, composto pelo Sistema de Planejamento e Gestão; Sistema de Controle Social; Sistema de Controle Interno; e Sistema de Gestão Administrativa, foi implantado em 2009 por meio da Lei Complementar Estadual nº 141/2009. Em 2010 ocorre a entrada da 1ª Turma de analistas de Controle Interno.

Em 06 de janeiro de 2011 (Lei Estadual nº 14.264/2011), a SCGE deixa de ser uma Secretaria Especial para se tornar efetivamente uma Secretaria de Estado com estrutura organizacional definida por meio do Decreto Estadual n.º 36.346/2011 (revogado pelo Decreto Estadual n.º 39.414/2013), fato que trouxe independência orçamentária às ações de controle. Nesse mesmo ano, o modelo integrado de atuação é implantado com foco principal em auditoria.

Destaca-se também a criação do Plano Anual de Atuação Integrada (PAAI),



documento anual que apresenta uma seleção de Unidades Gestoras (UGs) e Temas de Atuação, que serão trabalhados pelas áreas de negócio da Controladoria. Esta seleção de UGs é orientada por escolhas fundamentais que definem a alocação de recursos públicos e diretrizes de atuação do Governo, assim como refletem o interesse ao atendimento da missão da Controladoria.

A partir de 2011, a SCGE alinha seu plano de trabalho ao planejamento estratégico do Governo, definindo uma sistemática desdobrada no planejamento tático-operacional de suas áreas (Gestão e Negócio), integrando modelos, métodos e ferramentas – a exemplo do aperfeiçoamento da governança na SCGE, Gestão por Resultados, Balanced Scorecard (BSC), Modelagem de Processos (BPMN), Gerenciamento Matricial Cruzado (GMC), uso de técnicas de marketing e endomarketing na implementação do plano de comunicação e implantação do Plano de Desenvolvimento de TIC (PDTI).

Além disso, para estabelecer disciplina de atuação dos servidores na condução e operacionalização das ações da SCGE, era necessária a adesão à uma entidade certificadora de qualidade da gestão. Para esse fim, em 2012, aderiu ao GESPÚBLICA, por ser uma metodologia aplicada na esfera pública, orientada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, com eixos de atuação semelhantes aos desenhados no plano de trabalho, quais sejam: Estratégia, Gestão, Estrutura e Modelagem Organizacional, Tecnologia da Informação, Comunicação e Capital Humano.

Em 2013, há destaque para ações como: redução de despesas com o projeto 3ODC e parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE). Neste mesmo ano a Ouvidoria-Geral do Estado foi agregada à SCGE.

A partir de 2014, a SCGE passa a elaborar seu planejamento estratégico alinhado com as diretrizes do Governo do Estado, com a definição de indicadores para fortalecer as ações de controle interno.

No ano 2015, a SCGE ganha destaque institucional em Pernambuco com o Plano de Contingenciamento de Gastos (PCG), garantindo uma economia de R\$ 974 milhões aos cofres públicos, ajudando Pernambuco durante a crise econômica, além de passar a acompanhar de forma minuciosa a execução de convênios de receita e atuar na área de correição.

Em 2016, a SCGE implanta o Plano de Monitoramento de Gastos (PMG), apoiando o



Governo do Estado a realizar economias necessárias para a manutenção dos serviços. Inicia-se, também, a estruturação do novo Sistema de Transparência do Estado, o Observatório da Despesa Pública e o Plano de Promoção da Qualidade do Gasto (QUALIGASTO).

Em 2017, a SCGE e seus profissionais se destacam em ações como: implantação das Setoriais de Controle Interno, fortalecimento do Observatório da Despesa Pública (ODP) e do Plano de Promoção da Qualidade do Gasto (QUALIGASTO), além da implementação do Projeto Piloto para implantação das Unidades de Controle Interno (UCIs) nos órgãos e entidades estaduais.

O ano de 2018 se destaca pela publicação da Lei Anticorrupção Estadual (Lei Estadual nº 16.309/2018) e pelo Portal da Transparência ter sido avaliado como um dos três melhores do país na avaliação da Escala Brasil Transparente. Nesse mesmo ano, foi elaborado o novo planejamento estratégico da SCGE, com o intuito de direcionar a atuação da Controladoria no alcance de sua missão institucional.

No ano de 2019, houve a criação da Escola de Controle Interno, com o intuito de capacitar os servidores estaduais em atuação nas três linhas de defesa do controle interno: (i) o gestor, responsável pelos controles internos primários (1ª linha de defesa); (ii) os servidores que atuam nas Unidades de Controle Interno dos órgãos e entidades estaduais, responsáveis pela supervisão da 1ª linha (2ª linha de defesa); e (iii) os servidores em atuação na SCGE, órgão central e responsável pela coordenação do Sistema de Controle Interno estadual (3ª linha de defesa). Houve ainda a adesão ao Modelo IA-CM (Avaliação da Capacidade de Auditoria Interna), preconizado pelo Instituto dos Auditores Internos - IIA, direcionando esforços para adequar as atividades de auditoria interna às normas e padrões internacionais.

Adicionalmente, com a institucionalização da Diretoria de Convênios e Regularidade, em 2019 a SCGE passou a responder pela Coordenação-Geral da Rede Siconv no âmbito do Estado de Pernambuco, com objetivo de desenvolver, em parceria com o Ministério da Economia, ações de melhoria da gestão nos processos de transferências voluntárias da União, na capacitação dos usuários do Sistema e no aprimoramento das atividades de comunicação. Além disso, foi atribuída à Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Controle (DMAC) a coordenação da rede das UCIs, havendo aumento expressivo do número de UCIs institucionalizadas.

Em 2020, destaca-se a participação da SCGE em múltiplas demandas emergenciais



relacionadas ao COVID-19. Cabe destacar também o Lançamento do Manual de Regularidade Estadual para gestores, a construção do Planejamento Estratégico 2021 a 2023 da Ouvidoria-Geral do Estado, o Lançamento do Programa de Integridade e o Webnário sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Abaixo, destacamos o Mapa da Estratégia da SCGE, referente ao Planejamento Estratégico para 2019-2023:

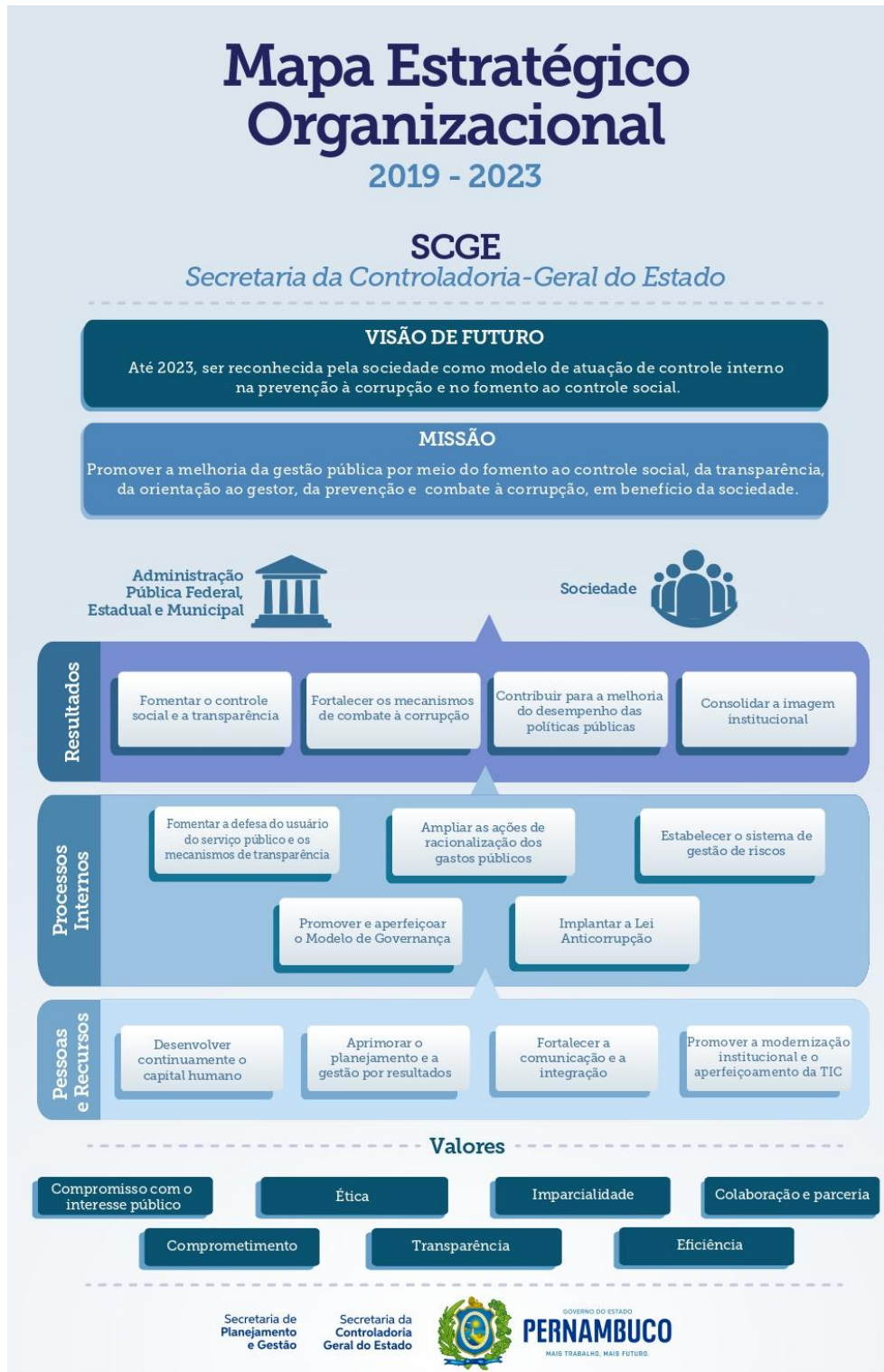


Figura 1 – Mapa da Estratégia SCGE.



## Competência Institucional e Estrutura Organizacional

A Lei Estadual nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, atribuiu à SCGE a finalidade e a competência de coordenar o Sistema de Controle Interno da administração pública estadual, na prevenção e no combate à corrupção, na defesa do patrimônio público, no fomento ao controle social, na melhoria da qualidade do gasto, no apoio ao controle externo; exercer funções de controladoria, auditoria, ouvidoria e analisar atos de correição; e exercer o acompanhamento dos convênios celebrados com a União ou outro ente federado, desde a celebração até a prestação de contas final dos referidos instrumentos, para orientar os gestores dos órgãos e entidades, em todas as etapas, assim como acompanhar apontamentos posteriores eventualmente apresentados por órgãos de controle externo.

A seguir apresentamos a estrutura organizacional da SCGE:

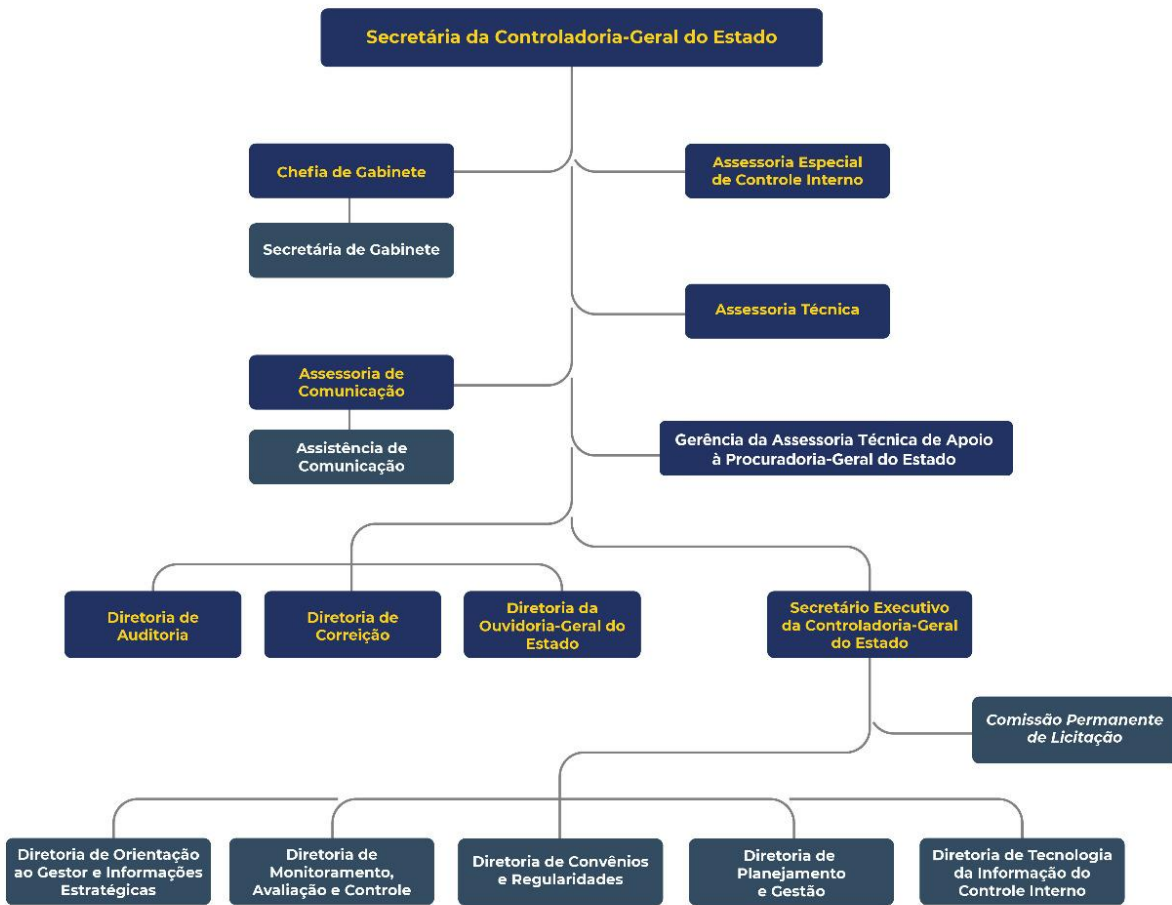


Figura 2 – Organograma SCGE.



## Capital Humano

A Lei Complementar Estadual nº 119/2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 267/2014, criou o quadro permanente de pessoal para a Controladoria, com 180 cargos de Gestores Governamentais de Controle Interno (GGCIs).

A SCGE possui 136 servidores estatutários (Gestores Governamentais de Controle Interno), dos quais 23 estão cedidos. Há também 11 servidores comissionados e 17 extraquadro, atuando no órgão.

## Execução Orçamentária

Formalmente criada em 2007, a então Secretaria Especial da Controladoria-Geral do Estado (SECGE) contou, em sua fase inicial, com parte da estrutura física e mobiliária da Secretaria da Fazenda (Sefaz). Com sede ainda no prédio da Vice-Governadoria do Estado, não possuía orçamento próprio, estando vinculada à Casa Civil, o que perdurou até 2011, ocasião em que, já Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE), transfere suas instalações para a atual sede e passa a ter orçamento próprio.

Ao longo do tempo a Secretaria consolidou sua estrutura organizacional, ampliando seu rol de atuação – novas demandas orçamentárias surgiram. Dessa forma, o montante executado do orçamento, que, em 2009, era da ordem de R\$ 3 milhões, passou, em 2020, para R\$ 36 milhões.

Seguem abaixo os quadros evolutivos por grupo de despesa do orçamento e de sua execução até 2020.



Exercício	Grupo 1		Incremento na Execução (%)
	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	
2009	11.145.100,00	2.255.882,32	-
2010	6.056.100,00	5.659.092,31	1,5086
2011	11.000.000,00	6.669.299,56	0,1785
2012	10.893.000,00	9.879.347,25	0,4813
2013	10.818.000,00	9.790.346,08	-0,009
2014	11.622.200,00	10.510.670,61	0,0736
2015	20.279.149,00	17.838.287,82	0,6972
2016	24.180.805,44	21.062.612,13	0,348
2017	26.080.334,78	23.628.404,56	6,58
2018	29.650.000,00	27.824.904,14	0,1776
2019	28.992.600,00	30.830.515,91	0,11
2020	31.519.400,00	33.049.909,87	1,07
<b>Total</b>	<b>222.236.689,22</b>	<b>198.999.272,56</b>	-

Tabela 1 – Demonstrativo da evolução do orçamento do Grupo 1 e de sua execução (Fonte: e-Fisco).



Exercício	Grupo 3		Incremento na Execução (%)
	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	
2009	1.012.200,00	600.429,29	-
2010	2.402.400,00	803.989,09	0,339
2011	2.312.999,00	1.263.258,59	0,5712
2012	2.940.240,00	2.648.207,87	1,0963
2013	3.522.838,00	2.911.078,58	0,0993
2014	3.671.304,00	3.299.724,19	0,1335
2015	3.726.500,00	2.954.417,71	-0,1046
2016	3.379.122,71	2.946.571,34	0,0148
2017	3.941.090,10	3.450.757,41	0,168
2018	3.733.000,00	3.073.326,45	-0,1093
2019	4.598.300,00	3.151.076,18	0,03
2020	4.134.500,00	3.151.944,23	1,00
<b>Total</b>	<b>39.374.493,81</b>	<b>30.254.780,93</b>	-

Tabela 2 – Demonstrativo da evolução do orçamento do Grupo 3 e de sua execução (Fonte: e-Fisco).



Exercício	Grupo 4		Incremento na Execução (%)
	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	
2009	446.100,00	315.908,48	-
2010	548.700,00	50.075,20	-0,8415
2011	1.587.000,00	824.561,89	15,4665
2012	188.460,00	98.362,95	-0,8807
2013	204.500,00	158.515,75	0,6115
2014	78.900,00	32.921,00	-0,7923
2015	102.582,00	47.121,00	0,4313
2016	210.592,25	179.976,40	2,8195
2017	26.724,75	16.690,05	-0,9072
2018	18.000,00	28.105,15	-0,3264
2019	35.800,00	24.899,36	0,11
2020	40.000,00	74.164,80	2,98
<b>Total</b>	<b>3.487.359,00</b>	<b>1.851.302,03</b>	-

Tabela 3 – Demonstrativo da evolução do orçamento do Grupo 4 e de sua execução (Fonte: e-Fisco).



Exercício	Grupo 1 + Grupo 3 + Grupo 4		Incremento na Execução (%)	Incremento no Orçamento (%)
	Orçado (R\$)	Executado (R\$)		
2009	12.603.400,00	3.172.220,09	-	-
2010	9.007.200,00	6.513.156,60	1,0532	-0,2853
2011	14.899.999,00	8.757.120,04	0,3445	0,6542
2012	14.021.700,00	12.625.918,07	0,4418	-0,0589
2013	14.545.338,00	12.859.940,41	0,0185	0,0373
2014	15.372.404,00	13.843.315,80	0,0765	0,0569
2015	24.108.231,00	20.839.826,53	0,5054	0,5683
2016	27.770.520,40	24.189.159,87	0,3064	-0,1211
2017	30.048.149,63	27.095.852,02	0,0707	0,2359
2018	33.401.000,00	30.926.335,74	0,1413	0,1115
2019	33.626.700,00	34.006.491,45	0,0067	0,0995
2020	35.693.900,00	36.276.018,90	1,067	1,0615
<b>Total</b>	<b>265.098.542,03</b>	<b>231.105.355,52</b>	-	-

Tabela 4 – Demonstrativo da evolução do orçamento e de sua execução (Fonte: e-Fisco).

No exercício de 2020, não houve metas prioritárias a serem executadas por esta Secretaria.

## Atividades Desenvolvidas

À Secretária da Controladoria-Geral do Estado incumbe assessorar o Governador do Estado nos assuntos de competência de sua Pasta, definir e estabelecer as políticas, diretrizes e normas de organização interna; planejar, dirigir e controlar as ações da Secretaria

As atividades da SCGE são desenvolvidas diretamente por suas unidades integrantes.



## 1. Gabinete do Secretário

### 1.1. Chefia de Gabinete

Compete à Chefia de Gabinete assistir o Secretário nos assuntos pertinentes ao âmbito do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas atribuições e tarefas, e assessorá-lo no exame de matérias de natureza administrativa; atuar no apoio administrativo, organizacional e logístico, atendendo a todas as necessidades de organização, despacho e distribuição de expediente; planejar, organizar, executar e apoiar atividades próprias ao desenvolvimento, fortalecimento e ampliação das relações institucionais da secretaria; articular ações com as unidades administrativas da Secretaria visando o fortalecimento da gestão; apoiar e estimular a realização de eventos institucionais promovidos pela SCGE.

### 1.2. Assessoria de Comunicação (ASC)

Compete à Assessoria de Comunicação assessorar o Secretário e Secretário Executivo nos assuntos relacionados à Imprensa; prestar serviços de comunicação direcionados aos ambientes interno e externo da Secretaria; coordenar o fluxo interno e externo de informações; fortalecer a comunicação interna entre a administração e os servidores; e produzir materiais de divulgação, eventos e comunicação interna.

### 1.3. Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

Compete à Assessoria de Controle Interno coordenar a elaboração da prestação de contas anual da SCGE; orientar, fiscalizar e acompanhar os controles internos quanto à conformidade, à eficácia e à eficiência; elaborar o Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos do órgão; acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo; atuar como Ouvidoria da Secretaria; coordenar a elaboração, implementação, monitoramento e revisão de Plano de Integridade; orientar os servidores da SCGE com relação aos temas atinentes ao programa de integridade.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela AECI em 2020:

- Coordenação da Prestação de Contas SCGE 2019;
- Elaboração Relatório Anual de Controle Interno (RACI) 2019;
- Plano Anual de Controle Interno (PACI) 2021;
- Fornecimento de informações demandadas pelo TCE-PE;



- Avaliação dos documentos que compõem a Prestação de Contas ao TCE - Nota Técnica 01/2020;
- Inventário de processos e recomendações de órgãos de controle - Nota Técnica 02/2020;
- Análise da adesão normativa da SCGE-PE às atribuições dos órgãos centrais de Controle Interno - Nota Técnica 03/2020;
- Apoio à implantação do projeto piloto do Programa de Integridade;
- Gestão de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado – 122 manifestações (2020);
- Gestão de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado – 33 Pedidos de Acesso à Informação (2020);
- Elaboração do Relatório de Desempenho Anual da Ouvidoria da SCGE;
- Atualização da Carta de Serviços da SCGE;
- Apoio à autoavaliação modelo IA-CM auditoria;
- Atendimento às demandas do Gabinete/SCGE.

#### 1.4. Assessoria Técnica (AST)

Compete à Assessoria Técnica assessorar o Secretário da Controladoria-Geral do Estado no exame de matérias de natureza técnica; apoiar a realização de projetos e ações de cunho estratégico; realizar estudos técnicos específicos de interesse da Secretaria.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela AST em 2020:

- Atendimento às demandas de representação da Secretária em reuniões e eventos;
- Fornecimento de subsídios para posicionamento do Gabinete acerca de demandas externas;
- Acompanhamento/articulação de projetos de interesse da Controladoria (LGPD e Implementação da Lei Aldir Blanc).

#### 1.5. Gerência de Assuntos Jurídicos (GAJ)

Compete à Gerência de Assuntos Jurídicos prestar assessoramento de natureza jurídica ao Gabinete do Secretário; analisar a conformidade legal de atos normativos, processos licitatórios, contratos e convênios; prestar apoio jurídico às demais unidades administrativas da Secretaria, respeitadas as competências da Procuradoria Geral do Estado constantes da Lei Complementar nº 2, de 1990.

#### 1.6. Diretoria de Auditoria (DAUD)



Compete à DAUD planejar e dirigir as ações de auditoria, fiscalização e de avaliação de controles internos da aplicação de recursos públicos estaduais; dirigir as ações de avaliação dos resultados da ação governamental e da gestão dos administradores públicos.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DAUD em 2020:

- Ações de fiscalização e controle em diversas Unidades Gestoras:
  - 10 Relatórios Preliminares de Auditoria;
  - 17 Relatórios finais de Auditoria;
  - 07 Pareceres de Análise de Implementação das Recomendações (AIR);
  - 21 Pareceres;
  - 02 Notificações;
  - 04 Notas Técnicas;
  - 04 Termos de Recomendações;
  - 33 Relatórios de Execução;
  - 20 Notas de Avaliação;
  - 03 Boletins;
  - 01 Cartilha;
  - 02 Relatórios de Autoavaliação do IA-CM.
- Informações financeiras:
  - Valor total analisado: 7,4 bilhões de reais;
  - Retorno financeiro efetivo: 1,9 milhões de reais.
- Realização de 33 reuniões do IA-CM.

#### 1.7. Diretoria de Correição (DCOR)

Compete à DCOR fortalecer o poder disciplinar estadual; planejar e coordenar ações, projetos e programas de estímulo à prevenção e ao combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual; gerenciar a atuação correcional das unidades gestoras; otimizar a integração e gerenciamento das informações correccionais; revisar a análise das Tomadas de Contas Especiais instauradas no Poder Executivo Estadual.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DCOR em 2020:

- Monitorar as TCEsp's instauradas no âmbito do Poder Executivo Estadual:
  - 10 TCEsp's instauradas e monitoradas;
- Monitorar os PAD's instaurados no âmbito do Poder Executivo Estadual:



- 232 Processos Administrativos Disciplinares (Sindicâncias, Inquéritos Administrativos e Processo Administrativo Específico) instaurados e monitorados;
- Monitorar o cadastro de expulsão:
  - 50 servidores foram demitidos e 2 tiveram suas aposentadorias cassadas;
- Acompanhar as Tomadas de Contas Especial (TCEsp):
  - Certificação de 43 TCEsp's;
  - Retorno potencial de mais R\$ 8,18 milhões;
  - Elaboração de 03 Pareceres de Diligências (Redução de 91,7%, significando maior eficiência no processo e redução do retrabalho).
- Realização de 3 Cursos "Tomada de Contas Especial: Aspectos da Resolução TC nº 36/2018", no CEFOSPE.
- Criação da parte IV da Cartilha de TCEsp, que trata da TCEsp eletrônica;
- Realização de palestras sobre Processo Administrativo Disciplinar (Manual):
  - 1 Palestra no II Seminário de combate à corrupção, governança e integridade (09/12).
- Realização de curso sobre Processo Administrativo Disciplinar (EAD), por meio do CEFOSPE;
- 7 inspeções realizadas nas UG's do Poder executivo Estadual:
  - Secretaria de Saúde;
  - Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE);
  - Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (DETRAN-PE);
  - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (HEMOPE);
  - Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH);
  - Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM);
  - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ).
- Disseminação sobre Programa de Integridade e Combate à Corrupção:
  - Sensibilização sobre a importância do Programa de Integridade realizada para a SES e todas as OSS do Estado (07 e 13/10);
  - Sensibilização sobre a importância do Programa de Integridade na Administração Pública realizada para a SDS (15/10);
  - Cefospe em Casa;
  - III Webinar: Compliance na Adm Pública como controle nos programas de integridade (20/10)";
  - Debate para Integridade em Pernambuco - Parceria com a Alliance For Integrity (09/11);



- Viabilização de capacitação, em parceria com a Alliance For Integrity, sobre implantação de Programa de Integridade em empresas da área de saúde para todas as OSS do Estado (11 a 18/11);
- Curso sobre PAR, parceria entre a Escola de Controle Interno e a Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (OAB) (25 a 27/11);
- II Seminário de combate à corrupção, governança e integridade (09/12);
- Webinar sobre integridade para o curso de Controladoria em Finanças da UNIFACOL (12/12);
- Sensibilização sobre a importância do Programa de Integridade na Administração Pública realizada para a SPVD (18/12).
- Realização de curso sobre Compliance: aspectos da iniciativa privada e da Administração pública;
- Institucionalizar Legislação de Correição para o Poder Executivo do Estado:
  - Minuta de Decreto em discussão na PGE e SAD.
- Desenvolvimento da metodologia de Juízo de Admissibilidade nos processos de combate à corrupção, seguindo o padrão utilizado pela CGU, onde o maior objetivo é tornar mais eficiente a análise processual:
  - Juízo de Admissibilidade 01/2020 - SEE;
  - Juízo de Admissibilidade 02/2020 - EMPETUR;
  - Juízo de Admissibilidade 03/2020 - SEE;
  - Juízo de Admissibilidade 04/2020 - SES;
  - Juízo de Admissibilidade 05/2020 - SES;
  - Juízo de Admissibilidade 06/2020 - SES.
- Desenvolver normativos e ferramentais para implementação do Programa de Integridade da Adm. Pública:
  - Manual em fase de revisão.
- Alteração do Decreto de Governança;
- Desenvolver normativos e ferramentais para implementação do Programa de Integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com o Estado de Pernambuco:
  - Decreto encaminhado à Casa Civil para publicação;
  - Portaria aguardando a publicação do Decreto para ser publicada.

#### 1.8. Diretoria da Ouvidoria-Geral do Estado (DOGE)

Compete à DOGE gerir o desempenho da Rede de Ouvidorias do Estado; revisar as



padronizações de procedimentos e a adequação de suas unidades; apoiar as ações da Ouvidoria-Geral do Estado; fortalecer a transparência ativa da gestão; planejar e coordenar ações, projetos e programas e eventos itinerantes de estímulo ao controle social da gestão pública.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DOGE em 2020:

- 108.311 manifestações monitoradas da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual;
- 24.955 manifestações tramitaram na OGE, sendo 10.919 concluídas na CAC e o restante encaminhadas à Rede de Ouvidorias;
- 10.919 manifestações foram monitoradas pela OGE, sendo 538 manifestações de órgãos estaduais que não possuem ouvidorias implantadas;
- 05 reuniões com a Rede de Ouvidorias ( sendo 02 Gerais, 01 de LGPD, 01 com as Centrais e 01 de Planejamento Estratégico);
- 1.176 Atendimentos às equipes da Rede de Ouvidorias, sem contar com os atendimentos as autoridades da LAI feitos pela CIC;
- Em sua participação na Rede Nacional de Ouvidorias, a OGE permanece como membro do Conselho Diretivo. Em 2020, pelo grupo de trabalho de articulação legislativa, participou do levantamento dos normativos vigentes em ouvidoria. E, neste ano, passou a coordenar o grupo de trabalho LGPD e o papel das ouvidorias.
- Emissão de 17 notas técnicas com análises e estudos de projetos de lei na área de transparência e problemáticas afetas à ouvidoria;
- Emissão de 32 relatórios estatísticos e analíticos em ouvidoria;
- Promoção do curso Comunicação Não Violenta e Ouvidoria;
- Promoção do curso Gestão de Ouvidoria e Transparência, integrante do curso de aperfeiçoamento dos gestores governamentais;
- Atualização do site da Ouvidoria-Geral do Estado;
- Parceria com o Porto de Suape para desenvolvimento do novo sistema informatizado de Ouvidoria;
- Elaboração e aprovação do Regimento Interno da Rede Ouvir PE e coordenação desta Rede;
- Parceria com a AMUPE para elaboração do diagnóstico das Ouvidorias Municipais;
- 1.865 Pedidos de Acesso à Informação monitorados e 193 Recursos;
- 900 atendimentos em média às equipes de Ouvidorias e Autoridades da LAI.
- Realização de 02 oficinas de acesso à informação;



- Realização de 26 reuniões e julgamento de 34 recursos pelo Comitê de Acesso à Informação;
- Estudo da Lei 14.804/12 e Decreto Estadual 37.787/12 para alterações;
- 336.387 Acessos à Página de Acesso à Informação;
- 574.303 Acessos ao Portal da Transparência;
- Desenvolvimento de Sistema de Contratações Emergenciais para o Enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus;
- Criação de seção específica na Portal da Transparência para publicação de informações relacionadas à COVID-19;
- Monitoramento da transparência ativa, proporcionada por meio das páginas da LAI de todos os órgãos do Poder Executivo estadual (68 órgãos);
- Apoio às Organizações Sociais de Saúde no cumprimento de recomendações do Ministério Público Estadual;
- Encaminhamento de Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Dados Abertos;
- Edição de proposta de decreto regulamentador de dispositivos da Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos;
- No período do lockdown a OGE assumiu o compromisso de esclarecer as dúvidas dos cidadãos em até 24h, ampliando a sua estrutura de teleatendimento com apoio de outras secretarias. Para o cumprimento do prazo de resposta, houve a colaboração de aproximadamente 30 gestores governamentais;
- Elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2023 da Ouvidoria-Geral do Estado;
- Elaboração de 8 Informativos para Rede de Ouvidorias;
- Participação no Webinário de 12 anos da OGE;
- Reuniões com equipe de SUAPE para evolução de um novo Sistema e Ouvidorias;
- 27 manifestações respondidas pela CRO;
- Acompanhamento 12 meses dos Relatórios de Irregularidades de Agente Público;
- 01 Monitoramento in loco ( HEMOPE);
- 204 Ajustes de prazo no Sistema GCON;
- Elaboração de 02 Boletins ( SEI e competências da Ouvidoria);

## 2. Secretaria Executiva da Controladoria-Geral do Estado



É competência da Secretaria Executiva da Controladoria-Geral prestar assessoramento direto ao Secretário da Controladoria-Geral do Estado; supervisionar as atividades de planejamento, administrativo-financeiras, de gestão de pessoal, de gestão de tecnologia da informação e comunicação da SCGE; planejar e coordenar atividades de controle da qualidade dos gastos públicos, de convênios, de regularidade, de orientação e de informação estratégica.

### 2.1. Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas (DOGI)

Compete à DOGI orientar a gestão orçamentária, financeira e prestação de contas do Poder Executivo Estadual; produzir informações estratégicas e baseadas em risco; promover o intercâmbio de informações entre os servidores do Poder Executivo, em matérias relativas ao controle interno; e fomentar o desenvolvimento científico no âmbito da SCGE.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DOGI em 2020:

- Produção de informações estratégicas de receitas e despesas monitoradas. Foram executados 8 produtos/mês (RCL, RLI, SUS, FPE, Fundeb, limites de Pessoal, Saúde e Educação), 5 de Publicidade Adm. Direta e Indireta, 4 de empenhos classificados em Ficha Financ. diversa do COVID-19 e 5 do VEM trabalhador (03 Notas Técnicas), totalizando no ano 110 produtos (125,00% do planejado);
- Informações técnicas de produtos monitorados mensalmente de receitas e despesas ficam disponíveis na Estação Digital (12 atualizações).
- A apresentação técnica elaborada para a Mesa Permanente está sendo realizada sob demanda, tendo sido produzidas 04 apresentações em 2020;
- Produção de informações estratégicas para agentes internos e externos (38 demandas atendidas);
- Produção de informações de riscos (01 Relatório do estudo do estudo conjunto em Despesas Previdenciárias, Resultados do estudo do Programa Chapéu de Palha 2020 e Nota Técnica do estudo do Auxílio Emergencial da Cultura (Lei Aldir Blanc));
- Produção de informações de riscos para Agentes Internos e Externos (07 demandas atendidas);
- Implantação de soluções de mineração de dados para automatização dos produtos em monitoramento. Realizada a migração das consultas realizadas via Sagent para o PDI acessando a base da SCGE;



- Apoiar e orientar o gestor na execução orçamentária e financeira (16 Notas Técnicas);
- Disseminar orientações ou atualizações normativas (47 Boletins Informativos);
- Desenvolver cursos, oficinas ou palestras (foram ministrados 7 cursos);
- Realização de atendimento eletrônico e presencial. Percentual acumulado de 92.3% de satisfação quanto o atendimento eletrônico (SCGEOrienta). Acrescente-se que foram realizados 946 atendimentos eletrônicos e 89 atendimentos presenciais;
- Elaboração/atualização de manual/cartilha orientativa (5 cartilhas/manuais) - Termo de Ajuste de Contas; Informações para a Página da LAI da (SES); Prestação de Contas Eletrônica; Classificação da Despesa Pública (2ª versão); Retenções Tributárias (2ª versão);
- Gerenciamento do módulo de Prestação de Contas do E-fisco (672 atendimentos);
- Promoção da reestruturação do processo de prestação de contas no Módulo GPC (Gestão de Prestação de Contas). Projeto em andamento. O processo foi integralmente mapeado e discutido com a Secretaria da Fazenda. Aguardando recursos de fonte internacional para dar sequência ao projeto;
- Compor Prestação de Contas do Governador, referente ao exercício de 2019;
- Foram realizadas 05 atividades de capacitação: 05 cursos nas modalidades presencial e/ou EAD - Público Interno;
- Foram realizadas 24 atividades de capacitação: 19 cursos, 02 oficinas e 03 webinários, nas modalidades presencial e/ou EAD - Público Externo;
- Fomento à Publicação de Artigos Científicos em Revistas e Eventos Técnicos. Foi realizada 1 atividade de fomento: Divulgação do recebimento de submissões de artigos, traduções e resenhas pela Revista da CGU em 02/07/2020.

## 2.2. Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Controle (DMAC)

Compete à DMAC acompanhar, avaliar e apoiar a atuação das empresas estatais de Pernambuco; fomentar o desenvolvimento do sistema de controle interno do poder executivo estadual; produzir informações gerenciais acerca do comportamento das despesas de custeio; fomentar e monitorar a melhoria contínua dos gastos públicos.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DMAC em 2020:

- Monitoramento e Orientação das Empresas Estatais de Pernambuco:
  - Monitoramento através do Índice de Adequação das Estatais (IAE), que é o indicador gerencial do nível de adequação das Empresas Estatais de



Pernambuco à Lei Federal nº 13.303/2016, ao Decreto Estadual nº 43.984/2016, bem como as Melhores Práticas de Governança Corporativa, a partir da verificação do cumprimento dos pontos de controle estabelecidos pela SCGE;

- As 15 Estatais do Estado de Pernambuco foram acompanhadas ao longo do ano com o objetivo de promover o desenvolvimento dessas empresas no que tange à implantação dos mecanismos de governança corporativa;
  - Dentre as 15 estatais monitoradas a AD DIPER, COMPESA, CEPE e SUAPE atingiram o percentual de 100% de atendimento do IAE;
  - Destaca-se que em julho de 2020 a média de atendimento do IAE era de 43% e em dezembro essa média passou para 76%;
  - O acompanhamento junto às estatais foi realizado por meio do monitoramento de 33 pontos de controle, da elaboração de planos de ações para adequação dos pontos e da realização de 16 reuniões de monitoramento;
  - Foram elaborados 15 Relatórios de Monitoramento; emitidas 04 Notas técnicas; respondidas 18 consultas técnicas; e publicados no sítio da SCGE 16 informes;
  - Foram elaborados a Agenda Estatal 2020, documento que apresenta o calendário de divulgação no sítio eletrônico das estatais dos documentos previstos na Lei das Estatais, e o Guia de Padronização dos Documentos e das Informações nos Sítios Eletrônicos das Empresas Estatais de Pernambuco. Ambos foram publicados no sítio da SCGE.
- Monitoramento e Orientação das Unidades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual:
    - Monitoramento através do Índice de Adequação ao Sistema de Controle Interno (IAS), que é o indicador gerencial do nível de adequação de cada Unidade de Controle Interno (UCI) às normas legais vigentes e às orientações técnicas repassadas pela Coordenadoria das Ações de Controle Interno (CCI/DMAC/SCGE), a partir da verificação do cumprimento de pontos de controle estabelecidos por esta Secretaria;
    - Dentre as 46 Unidades de Controle Interno monitoradas a COMPESA, SEDUH, SIRH e SUAPE atingiram o percentual de 100% de atendimento do IAS;
    - Destaca-se que em julho de 2020 a média de atendimento do IAS era de 46% e em dezembro essa média passou para 67%;



- O acompanhamento junto às Unidades de Controle Interno foi realizado por meio do monitoramento de 20 pontos de controle e da realização de 29 reuniões de monitoramento;
- No ano de 2020 verificou-se um acréscimo de 8 Unidades de Controle Interno. Destaca-se que passamos de 12 UCIs em 2017 para 46 ao final de 2020.
- Foram elaborados 45 Relatórios de Monitoramento;
- Foram divulgados 17 informes sobre temas pertinentes a temática de controle interno;
- Foi ministrada 1 oficina sobre o processo de monitoramento/coordenação da prestação de contas do TCE/PE pelas UCIs;
- Foram realizadas 2 Reuniões Técnicas.
- Plano de Promoção da Qualidade do Gasto (Qualigasto):
  - No início do ano, os seguintes temas foram encerrados, uma vez que todos os controles propostos foram assimilados pelas UGs:
    - Alimentação Hospitalar - Índice de Controle Gerencial de 83% .
    - Frota - Índice de Controle Gerencial de 68%.
    - Resíduos de Serviços de Saúde - Índice de Controle Gerencial de 81%.
    - Obs.1: Para permitir uma comparação entre unidades no que se refere às sugestões do Qualigasto, criou-se o Índice de Controle Gerencial (ICG), que busca avaliar percentualmente o nível de controle das unidades em relação aos temas em análise.
    - Obs.2: O agravamento da pandemia impossibilitou a continuidade do acompanhamento in loco das ações do Qualigasto, sendo ajustada a metodologia do plano e deslocada a equipe para outros projetos vinculados às ações de combate ao COVID.
  - Além dos temas concluídos, alguns outros temas foram objeto de estudo, quais sejam:
    - Medicamentos - Elaborada proposta de pontos de controle para início do projeto piloto.
    - Material Médico Hospitalar - Encerrada a fase do projeto piloto.
    - Plantão Extra - Realizado diagnóstico da despesa com plantão extra, sendo mapeados os principais processos, sugeridos novos controles no sistema SIGAPE e avaliada a possibilidade de implantação de ponto eletrônico.



- A seguir relacionamos os produtos elaborados que merecem destaque:
  - Metodologia do Qualigasto - Em razão das restrições decorrentes da pandemia e a necessidade do plano se adequar ainda mais à atividade de consultoria e à estrutura das três linhas, foi atualizada a metodologia do Qualigasto.
  - Vídeos tutoriais - Foram criados vídeos tutoriais dos temas Frota, Alimentação Hospitalar e Resíduos de Saúde.
  - Cartilha - Foi criada a Cartilha de Frota, que contém o detalhamento dos procedimentos de controle propostos pelo Qualigasto.
- Fomento da Gestão de Riscos nas Unidades de Controle Interno
  - Realizado estudo dos principais modelos de Gestão de Riscos para elaboração de capacitação junto às UCIs;
  - Realizada análise da Política de Gestão de Riscos da Funape;
  - Realizada palestra sobre Gestão de Riscos para as Unidades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;
  - Em andamento o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos do Poder Executivo Estadual - Foi definido o fluxo do sistema com a identificação dos casos de uso e iniciada a elaboração do Documento de Requisitos contendo os 12 casos de uso previstos no fluxo.
- Demandas relacionadas ao COVID-19:
  - Participação da equipe na criação do Sistema de EPI, que possibilitou o acompanhamento do estoque de EPIs das unidades de saúde do Estado;
  - Apoio à Diretoria de Ouvidoria-Geral do Estado (DOGE);
  - Estudos para verificar se o(s) preço(s) praticado(s) pela SES está(ão) compatível(is) com as contratações feitas: (i) por unidades de saúde públicas, do Estado de Pernambuco, durante o período da pandemia; (ii) por unidades de saúde privadas, do Estado de Pernambuco, durante o período da pandemia; (iii) por unidades de saúde públicas de outros Estados, durante o período da pandemia e (iv) por unidades de saúde públicas nacionais em período diverso do da pandemia;
  - Participação na criação da "Orientações para Contratação, Prestação de Contas e Transparência nas Aquisições Emergenciais em resposta à COVID-19".

### 2.3. Diretoria de Convênios e Regularidade (DCON)

Compete à DCON produzir informações relativas a convênios de receita; apoiar e



orientar os órgãos e entidades do Estado quando da celebração, da execução e da prestação de contas dos convênios de receita e outras transferências; acompanhar apontamentos apresentados por órgãos de controle externo; padronizar os procedimentos de monitoramento e de execução dos referidos instrumentos no Poder Executivo Estadual; monitorar, orientar e apoiar as parcerias e transferências voluntárias de recursos estaduais; orientar e acompanhar as ações necessárias à regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DCON em 2020:

- Emissão, via internet, de 1.082 Certificados de Regularidade de Transferência Estadual (CERT) abrangendo 95 Municípios, 982 Entidades Privadas e 5 Adm. Indireta;
- Consolidação de informações sobre 53 instrumentos de Contratos de Gestão e Termos de Parcerias;
- Monitorar as titulações de OS e OSCIPs do Estado:
  - 11 Organizações Sociais (OS) e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) notificadas para renovação de titularidade;
- Desenvolver Cadastro de Transferências Voluntárias ESTADUAIS no E-fisco.
- Exercer o Controle Repressivo da Regularidade Estadual:
  - Envio de 19 Notificações para regularização de inscrições no CAUC.
- Exercer o Controle Preventivo da Regularidade Estadual:
  - Envio de mais de 600 alertas preventivos para regularização de pendências.
- Aprimorar o Controle da Regularidade Estadual. Monitoramento realizado atualmente através de Painel de BI (Pentaho). Após captação de recursos para desenvolvimento de sistema específico (Profisco II), está em andamento a contratação de Sistema que irá automatizar as ações de monitoramento da Regularidade Estadual.
- Elaborar o cronograma de vencimento das obrigações tributárias e contributivas:
  - 13 Cronogramas disponibilizados no site da Controladoria.
- Apoiar e orientar o gestor . Cursos do SICONV “Módulo A – atos preparatórios e execução” e “Transf. Voluntárias Estaduais (Decreto N° 39.376/13)” beneficiando 40 servidores envolvidos na gestão de Convênios.
- Monitorar a execução de transferências voluntárias da União. Disponibilização de Painel de Monitoramento do Qlikview com informações consolidadas sobre



Convênios e Contratos de Repasse. Em 2020 foram monitoradas 29 Unidades que possuem instrumentos formalizados com a União e mais 300 Convênios ou Contratos de Repasse.

- Publicação do Manual de Regularidade Estadual para Gestores.
- Desenvolver Cadastro de Transferências Voluntárias da União no E-fisco.

#### 2.4. Diretoria de Planejamento e Gestão (DPGE)

É objetivo da DPGE articular as atividades finalísticas com as atividades de suporte dentro da SCGE; dirigir o planejamento, o monitoramento das ações de controle interno, a gestão administrativa de pessoas e orçamentária e financeira.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DPGE em 2020:

- Elaboração e coordenação do planejamento anual SCGE 2020;
- Monitoramento das ações da SCGE;
- Elaboração do Relatório de Desempenho da Gestão SCGE (referente ao exercício 2019);
- Coordenação da elaboração/revisão de processos na SCGE;
- Atualização do Portfólio SCGE;
- Elaboração da LOA 2021, com revisão Programática de todas as ações
- Elaboração do PPA 2020-2023
- Elaboração de 6 Relatórios de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;
- Elaboração de 6 Relatórios de Atividades da Setorial Contábil;
- Elaboração de 6 Relatórios de Atividades de Gestão Contábil;
- Acompanhamento do modelo de Gestão por Competência através do ciclo anual de avaliação do desenvolvimento das competências dos servidores bem como elaboração de novo Plano de Desenvolvimento para o próximo ciclo (2021).

#### 2.5. Diretoria de Tecnologia da Informação do Controle Interno (DTCI)

Compete à DTCI gerir, planejar e coordenar as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação; prospectar e desenvolver soluções que ampliem a capacidade de atuação da SCGE; prover ferramentas que auxiliem na modernização das atividades do controle interno; estimular parcerias com a academia para projetos de tecnologia.

Seguem as principais atividades desenvolvidas pela DTCI em 2020:



- Gestão de 6 Contratos de TIC;
- Suporte Técnico – TIC ( 1556 atendimentos);
- Novos conteúdos para o Portal da Transparência, com destaque para os Painéis de Despesas com Covid-19;
- Desenvolvimento de Trilhas Automáticas de Auditoria na Folha de Pagamentos do Estado;
- Integração entre as Cargas do Portal da Transparência e do Portal de Dados Abertos (CKAN);
- Manutenção do Portal da Transparência (Melhorias e Correções);
- VLibras: Adicionado ao portal da LAI e da Transparência;
- Sistema de Controle de Estoques de EPIs para combate a Covid;
- Sistema e painel de Compras Covid;
- Novo site da SCGE;
- Manutenção de Sistemas e Portais;
- Conclusão do PDTI;
- Gestão da Infraestrutura de Rede;
- Gestão do Datacenter;
- Gestão de projetos estratégicos : SUAPE, Copergás e SCGE-CE;
- Elaboração do decreto de implementação da LGPD em PE;
- Elaboração de portaria de implementação da LGPD em PE;
- Webinar e divulgação da implementação da LGPD em PE;
- Elaboração de manuais e cartilhas sobre a LGPD em PE;



## Conclusão

As atividades desenvolvidas pela SCGE objetivam o direcionamento do exercício das funções de controle interno (Auditoria, Controladoria, Ouvidoria e Correição) de forma integrada entre suas diretorias, em parceria com o controle externo.

Ao final de cada ano, é esperado o fortalecimento das ações de controle interno nos seguintes eixos:

- Alinhamento das ações da SCGE com o Plano Estratégico do Governo do Estado;
- Conhecimento do controle administrativo primário existente nas unidades analisadas;
- Fortalecimento do Controle Administrativo;
- Ação proativa e preventiva do Controle Interno;
- Disseminação da cultura de controle; e
- Foco da atuação da Controladoria na melhoria do gasto público.

## Referências

1. PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 119, de 26 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação da carreira de Controle Interno e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=119&complemento=0&ano=2008&tipo=http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/scge/secretaria>. Acesso em: 18 fev.2021.
2. PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 141, de 03 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=141&complemento=0&ano=2009&tipo=>>. Acesso em: 18 fev.2021.
3. PERNAMBUCO. Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13205&complemento=0&ano=2007&tipo=>>. Acesso em: 18 fev.2021.
4. PERNAMBUCO. Lei nº 14.264, de 6 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura e o



funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14264&complemento=0&ano=2011&tipo=&url=>>. Acesso em: 18 fev.2021.

5. PERNAMBUCO. Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo. Disponível em:  
<<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16520&complemento=0&ano=2018&tipo=&url=>>. Acesso em: 27 abr.2021.
6. CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno. Disponível em:  
<<http://conaci.org.br/http://conaci.org.br/>>. Acesso em: 18 fev.2021.

Secretaria da  
Controladoria  
Geral do Estado



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.



Documento Assinado Digitalmente por: RAFAEL VILÇA MANÇO  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5631a25c-04f8-462c-be4d-574e1656f29d

## **DECLARAÇÃO NEGATIVA**

Declaramos para fins de atendimento ao item 31, do anexo II, da Resolução T.C. Nº 109, de 09/12/2020, que não houve metas prioritárias a serem executadas por esta Secretaria, no exercício de 2020.

Rafael Vilaça Manço  
Diretor de Planejamento e Gestão